

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA CONTRA TRANSSEXUAIS E TRAVESTIS NA COBERTURA DE TELEJORNAIS

NARRATIVES OF VIOLENCE AGAINST TRANSSEXUALS AND TRANSVESTITES IN TV NEWS COVERAGE

NARRATIVAS DE VIOLENCIA CONTRA TRANSEXUALES Y TRAVESTILES EN LAS NOTICIAS DE TELEVISIÓN

Thiago Almeida Barros*
Irlaine Cristina Silva Nóbrega*

RESUMO: Este artigo analisa construções discursivas da veiculação da violência contra pessoas travestis e transexuais nos telejornais da TV Liberal, emissora de Belém, Pará. Pretende-se compreender, a partir da avaliação dos elementos básicos que constituem conteúdos telejornalísticos, qual é o local reservado a essas pessoas nas produções e debater o momento em que as narrativas emancipam as reivindicações desses indivíduos ou reproduzem e reafirmam estigmas sociais sobre identidades trans e travestis como subalternas. A análise envolve a questão do corpo e gênero a partir da teoria Contrassexual de Preciado (2014) e na teoria da performatividade de Butler (2003), além da filosofia de Biopolítica de Agamben (1995) e da teoria de vidas passíveis de luto de Butler (2015) para entender o complexo contexto de operacionalização da violência nesses corpos e a diferença da condição de ser enlutado.

Palavras-chave: Telejornalismo. Narrativas. Violência. Transexuais. Travestis.

ABSTRACT: This article analyzes discursive constructions of the transmission of violence against transvestites and transgender people on TV news programs on TV Liberal, a station in Belém, Pará. It is intended to understand, from the evaluation of the basic elements that constitute television journalistic content, what is the place reserved for these people in productions and to debate the moment in which the narratives emancipate the claims of these individuals or reproduce and reaffirm social stigmas about trans and transvestites as subalterns. The analysis involves the issue of body and gender based on Preciado's Contrassexual theory (2014) and Butler's theory of performativity (2003), in addition to Agamben's philosophy of Biopolitics (1995) and the theory of grieving lives (BUTLER, 2015) to understand the complex context of operationalization of violence in these bodies and the difference in the condition of being bereaved.

Keywords: Telejournalism. Narratives. Violence. Transsexuals. Transvestites.

RESUMEN: Este artículo analiza las construcciones discursivas de la transmisión de la violencia contra travestis y personas transgénero en los noticieros de TV Liberal, una estación de Belém, Pará. Se pretende comprender, a partir de la valoración de los elementos básicos que constituyen el contenido periodístico televisivo, cuál es el lugar reservado a estas personas en las producciones y debatir el momento en que las narrativas emancipan las reivindicaciones de estos sujetos o reproducen y reafirman estigmas sociales sobre las identidades trans y travestis como subalternos. El análisis involucra la cuestión del cuerpo y el género a partir de la teoría Contrassexual de Preciado (2014) y la teoría de la performatividad de Butler (2003), además de la Biopolítica de Agamben (1995) y la teoría de las vidas que pueden llorar de Butler (2015) para comprender el contexto complejo de operacionalización de la violencia en estos cuerpos y la diferencia en la condición de ser llorado.

Palabras clave: Teleperiodismo. Narrativas. Violencia. Transexuales. Travestis.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e dos cursos de Jornalismo e de Publicidade e Propaganda da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC-UNAMA). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9608-7416>
E-mail: tbarros81@gmail.com

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9119-4653>
E-mail: irlainenobrega11@hotmail.com

1. A QUESTÃO LGBTQIA+ NO BRASIL

Em média, a cada 26 horas uma pessoa LGBTQIA+ foi morta vítima de assassinato ou suicídio no Brasil em 2019, de acordo com o Relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB). O País é o que mais mata LGBTQIA+s no mundo, ficando à frente de nações do Oriente Médio e África, onde ainda existe pena de morte para pessoas que compõem essa comunidade. Nesse período, foram registrados 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,8%) (OLIVEIRA; MOTT, 2020). Já em 2020, o relatório registra 237 mortes motivadas pelos mesmos crimes de ódio que cerceiam determinadas práticas, performances e corpos (GASTALDI; MOTT; OLIVEIRA et al, 2021).

A população travesti e transexual figura neste cenário da violência como a categoria mais vulnerável a mortes violentas em relação ao restante da sigla. De acordo com os relatórios do GGB, foram registradas 164 mortes em 2018 (39% em relação ao termo absoluto), 118 mortes em 2019 (35,8%) e 161 mortes em 2020 (70%) motivadas por transfobia referentes a 1 milhão de pessoas trans e travestis residentes no Brasil. Segundo os dossiês de assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2018 ocorreram 163 mortes de pessoas trans. Em 2019 foram registradas 124, e em 2020, foram pelo menos 175 assassinatos de mulheres trans e travestis (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

A redução no número de casos de mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em relação a 2018 e 2017, no entanto, não se deu por conta de políticas públicas do Estado para conscientização da população em geral e acolhimento das vítimas de LGBTfobia. Trata-se de um possível aumento nas subnotificações das ocorrências por conta das condições hostis de atendimento e recepção das denúncias de violência feitas em órgãos de segurança pública e pelo desmonte de políticas públicas anteriores a 2018, que contavam com campanhas de incentivo à denúncia de violências cometidas contra essa população e proteção às vítimas (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Outros motivos possíveis para a redução desse quantitativo estão ligados diretamente a uma violência institucionalizada, com constante negativa da aplicação do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) relativo a direitos, pela falta de respeito e negação do uso do nome social das vítimas ou, ainda, pelo apagamento da identidade de gênero, que é estruturalmente deslegitimada (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de novembro de 2020, a expectativa de vida em 2019 era de 76,6 anos (EM, 2020). Contudo, a expectativa de vida de uma pessoa trans era de 35 anos, de acordo com a ANTRA. Só em 2020 foram registradas mortes prematuras de jovens trans de 15 a 29 anos por homicídio e alguns marcadores forçam essa média ainda mais para baixo, como ser negra, periférica, do interior do País, ser pessoa com deficiência ou vivendo com HIV+ (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

As violências contra pessoas transexuais têm espaço nos meios de comunicação tradicionais e são reproduzidas como se fossem espelho genuíno da realidade. O discurso e os elementos da narrativa jornalística escancaram parte de um problema social, ao mesmo tempo em que operam na manutenção de um sistema de estigmas sociais que recaem sobre a comunidade trans. Perpetuam-se e naturalizam-se estereótipos ligados à figura travesti e, conseqüentemente, essa minoria social é marginalizada por meio da formação sociocultural de uma opinião negativamente padronizada contra os corpos trans.

Nesse artigo, analisamos os elementos de veiculação da violência letal e não-letal contra a população representada pela sigla T, mais especificamente mulheres trans e travestis, em conteúdos jornalísticos produzidos por uma emissora paraense, a TV Liberal, afiliada à Rede Globo. Neste estudo, tentamos contribuir à discussão sobre como a violência opera em corpos LGBTQIA+, tanto de forma física quanto de forma simbólica, reservando a esses corpos lugares específicos de opressão e reafirmação como essencialmente violentos e violentáveis.

Destacamos a questão do corpo e do gênero a fim de compreender como a violência operacionaliza nesses corpos marginalizados. Debruçamo-nos na teoria contrassexual de Preciado (2014) e na teoria da performatividade de Butler (2003) sobre o processo de construção das narrativas contrassexuais em corpos queer e o contexto complexo de operacionalização da violência que se insere nas narrativas desses corpos, ao quebrarem a estrutura de uma suposta ligação entre gênero, sexo e sexualidade. Na análise da ação dos mecanismos de poder na vida do indivíduo enquanto sujeito de valor, recorreremos à biopolítica de Agamben (1995) e às teorias de vida precária e vidas passíveis de luto de Butler (2011, 2015) para abordar os problemas do enquadramento e da alocação diferencial da condição de ser enlutado.

2. NARRATIVA JORNALÍSTICA E VIOLÊNCIAS

A construção de narrativas pelo jornalismo se dá pela reprodução de elementos do fato, a partir da utilização de imagens e textos como base para a estruturação da notícia, produzindo sentidos e modificando os processos cognitivos de percepção e assimilação da realidade pelo público. Nesse contexto, o jornalismo reforça uma lógica de consumo das notícias, servindo como moldura que enquadra o olhar do receptor a uma representação da realidade meticulosamente construída para passar um suposto real. Dessa forma, o processo de veiculação do fato depende necessariamente da ancoragem do jornalismo em outras esferas sociais, com influência do cenário socioeconômico, político, cultural e suas tensões. Se existem influências de interesses na construção dos discursos, significa dizer que o jornalismo, por essência, não é imparcial nem objetivo, sendo sua narrativa influenciada por interesses externos ao seu campo de atuação.

Moraes e Silva (2019) afirmam que uma sucessão de escolhas de prioridades políticas e econômicas ligadas a mecanismos ocidentalizados essencialmente machistas e racistas incorporam e moldam as produções jornalísticas. Sendo assim, o jornalismo é mediador, mas também adquire conhecimento por meio de conceitos muito similares ao da ciência, de um método hegemônico de assimilação da realidade, bem como construção e validação de uma “verdade objetiva” (MORAES; SILVA, 2019).

Essa afirmativa é possível por conta de que tanto a ciência como o jornalismo foram desenvolvidos e condicionados pelo sistema capitalista. Dessa forma, é a partir de um paradigma moderno, colonial e positivista desenvolvido pelo mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista e ocidentalista que foi possível estabelecer as referências para que os conhecimentos sejam reconhecidos enquanto verdades. Dentre esses referenciais estão a objetividade, a neutralidade e a universalidade, noções base para o cientificismo, assim como para a construção do jornalismo.

Para Ferreira Junior e Costa (2016), a região amazônica, pano de fundo de nosso objeto de análise, é marcada pela existência de “grupos de mídias regionais” alinhados a grandes empresas nacionais de comunicação e fortemente vinculadas a sistemas políticos estaduais. A construção da notícia, a veiculação das informações e interpretações do real na imprensa nortista, em específico paraense, sofrem influência direta de interesses políticos e empresariais antagônicos que espetacularizam a violência, banalizam e naturalizam espaços e personagens como intrinsecamente e inevitavelmente violentos, por meio da presença de um estilo narrativo com acontecimentos “uniformizados, reduzidos a um conjunto de elementos factuais semelhantes, que reiteram e reapresentam agentes, pacientes e espaços de violência na Região Metropolitana de Belém” (FERREIRA JUNIOR; MENEZES, 2014, p. 58).

Tavares (2012) discute a cotidianidade da morte no jornalismo. Como parte do espectro da violência urbana, a morte está inserida de forma paradoxal numa dualidade póstuma na rotina jornalística, que se apropria do caráter natural de uma fase da vida e o veicula como fenômeno excepcional, espetacularizando e normalizando o discurso a partir de um circuito de constante apresentação e reprodução da violência nos meios de comunicação. O jornalismo, reforça Tavares, constrói formas de apreensão da morte, direcionando o olhar do receptor para uma categorização e reconhecimento que transitam entre o previsível e o imprevisível (comuns ou que fogem ao natural); e aquelas que aparecem como um acontecimento agendado pela rotina jornalística, como acontecimento repetido. É a partir dessa diferenciação que se classifica o acontecimento enquanto trágico, chocante e espetacular ou banal recorrente.

3. O SISTEMA HETEROCENTRADO

Para entender o lugar dos corpos trans na lógica de categorização da morte como ordinária ou excepcional nas narrativas jornalísticas, é preciso abrir discussão sobre a gênese da problemática que circunda a realidade dessas pessoas em sociedade. Primeiramente, compreender como corpos são lidos a partir de uma estrutura binária que os diferencia e os encaixa em somente duas realidades possíveis. Para aprofundar essa discussão, recorreremos à teoria queer de Butler (2003) e à teoria contrassexual de Preciado (2014) a fim de considerar o gênero como performativo e o sistema sexo/gênero/sexualidade como dois aspectos importantes para esse debate.

Butler (2003) critica teorias feministas anteriores à sua entrada no campo de estudo do corpo e da construção do gênero – discutidas por Beauvoir e Irigaray – como forma de quebrar com uma constante universalização da categoria “mulheres”, até então entendida como uma série de características e comportamentos que impõem, coíbem e restringem o discurso do corpo, além de classificar o “ser mulher”.

Foi justamente partindo de uma identidade una e globalizada que as teorias feministas anteriores à teoria queer encontraram espaço para discutir as opressões de um sistema binário supostamente estável, constituído por “homens” e “mulheres”; e a ideia de uma estrutura com ligação direta e contínua entre gênero, sexo e sexualidade, a partir da diferenciação entre sexo, como biologicamente natural; do gênero, como culturalmente construído. Nesse sistema binário de gênero, o sexo foi entendido como anatomia biológica de destino, sendo o gênero a representação do corpo sexuado a partir da construção social do papel destinado a cada sexo – homem e mulher, macho e fêmea, respectivamente. Sendo assim, a construção do gênero enquanto “masculino” e “feminino” corresponderia diretamente às características que se atribuem ao sexo biológico.

Butler afirma que o gênero não deve ser uma representação do corpo sexuado definido por um suposto “sexo natural” e “originário” criado e demarcado pela jurisdição. Sexo e gênero são termos encerrados em si e devem ser lidos como áreas neutras existentes antes mesmo de um discurso, porém diretamente afetados por significações culturais. Baseado na relação de descontinuidade entre sexo e gênero, não necessariamente e obrigatoriamente se atribui que “homem” e “masculino” estejam circunscritos apenas em corpos masculinos, assim como “mulher” e “feminino” podem também estar circunscritos tanto em corpos masculinos como em corpos femininos (BUTLER, 2003, p. 25).

Preciado (2014) afirma que o “sistema heterossexual”, que tem base a lógica sexo/gênero, reduz os corpos em zonas erógenas e instaura uma tecnologia social de produção e reprodução contínua de masculinidade e feminilidade que diferencia os corpos a partir do “sexo natural”. Trata-se de uma estrutura de códigos culturais arbitrários que definem um padrão “natural” de dominação heterossexual e hierarquia entre os gêneros feminino e masculino, a fim de identificar corpos a partir das características determinadas a cada gênero.

Assim, não há discurso do corpo anterior ao sistema heterossexual que significa o gênero. Logo, o corpo é inteligível a partir da sua capacidade de encenar elementos “performativos” e reproduzir coerentemente a tríade de ligação entre sexo, gênero e sexualidade. Dessa forma, as fronteiras que apreendem as características do gênero delimitam, condicionam e regulam as experiências de cada gênero. Também inauguram aquilo que não consegue ser lido pelos mecanismos de inteligibilidade. As diretrizes do padrão heteronormativo agem por meio da exclusão, negação e repulsa ao corpo incoerente a tríade de reconhecimento.

Aqueles marcados pela desconformidade ao padrão normativo sexo/gênero/sexualidade são vistos como acidentes, lacunas errôneas, falhas na tessitura textual do corpo, configurando um erro na matriz de construção e constante perigo que causa desordem ao sistema de reiteração do padrão heteronormativo. É pela impossibilidade da norma em abarcar a existência de diferentes corporeidades que os corpos devem ser “punitivamente regulados” por meio de um conjunto imposições repressivas que objetivam “renaturalizar” e “trazer de volta” a matriz heterossexual como forma de manutenção do próprio sistema (PRECIADO, 2014).

É nessa lógica de dominação heterossexual que identidades homossexuais, bissexuais e transexuais são mais dificilmente reconhecidas como coerentes ao sistema sexo/gênero/sexualidade, sendo lidas como identidades subversivas e naturalmente violentas tanto por ultrapassarem os limites de inteligibilidade do gênero quanto por colocar em perigo aqueles que estão em conformidade com o sistema heterocentrado. Ao revelar essa fragilidade estrutural, essas identidades são “estigmatizadas como antinatural, anormal e abjeta em benefício da estabilidade das práticas de produção do natural” (PRECIADO, 2014, p. 30). Assim, considera-se a perda simbólica do sexo “natural” e a identidade de gênero torna-se alvo da violência, cooperando para o processo de marginalização de determinados corpos.

4. BIOPOLÍTICA E REGULAÇÃO DA VIDA DO SUJEITO

Para entender de que forma esses corpos são marginalizados, destacamos os estudos de Agamben sobre a biopolítica. Ancorado no conceito de biopolítica de Foucault, ele analisa a implicação do poder na vida do homem e discorre como dispositivos de poder entendem certos sujeitos como seres vivos e outros decididamente mais difíceis de serem apreendidos como vida.

A biopolítica, para Agamben, é a constante interferência e inscrição do poder na vida natural do homem, como “animal vivo”. Aqui, o sujeito é detentor somente da vida nua, constituída da vida biológica, da sexualidade e destituída de qualquer qualificação, valor e alguns direitos específicos. Reduzido ao estado natural, o homem, detentor somente da vida nua, tem sua vida circunscrita por uma íntima relação com a política, tornando-a decididamente impossível de ser inteligível separadamente de um sistema de controle pelo poder. Desse mesmo modo, a íntima inscrição da política na vida nua do sujeito “perde a inteligibilidade que nos parece ainda caracterizar o edifício jurídico-político da política clássica” (AGAMBEN, 1995, p. 126).

É nesse sentido que a biopolítica age de forma bifacetada na vida, inaugurando uma ordem paradoxal em que o indivíduo tem seu corpo obrigatoriamente circunscrito por uma íntima relação com a política, como forma de ser apreendido e reconhecido como “sujeito”. Por consequência, a ordem estatal toma a profunda e complexa interferência da política na vida nua do indivíduo para agir como poder soberano, inscrevendo-se em todas as instâncias do ser do sujeito, regulando e reduzindo esse próprio sujeito em vida nua. Essa lógica de implicação do poder soberano na vida nua do indivíduo instaura o desejo de ser reconhecido enquanto sujeito e, ao mesmo tempo, o movimento inverso de luta para libertar-se das amarras da biopolítica.

O Estado configura o espaço criterioso das decisões soberanas a partir da política, que passa a ter como referencial a vida nua do “homo sacer”. Assim, a política inscrita na abrangência dos espaços da vida nua do sujeito produz reivindicações de “uma primazia do privado sobre o público e das liberdades individuais sobre os deveres coletivos” (AGAMBEN, 1995, p. 127).

A biopolítica entra em jogo como forma de estabelecer o mecanismo mais eficiente em empenhar o asseguramento dos cuidados, regulação e aproveitamento total da vida nua, implantando dispositivos de apreensão daquilo que é inteligível como sujeito e, automaticamente, determinando aquilo que não consegue ser inteligível como tal. É pela determinação de um “não-valor” que a biopolítica assinala o momento em que essa vida cessa de ter relevância nos campos jurídico, social e religioso e que pode ser aniquilada sem que sua morte seja punida, sem que se cometa homicídio, podendo ser eliminada sem algum sacrifício e sem que seja sentida sua perda (AGAMBEN, 1995).

5. A CONDIÇÃO DE SER PASSÍVEL DE LUTO

A partir desse ponto, é necessário entender como o sistema normativo da ordem social utiliza da biopolítica moderna como forma de manutenção dos seus mecanismos, gerando uma distribuição diferencial de regulações afetivas e enquadramentos da violência em corpos precários. Aqui, faz-se necessário dialogar com as teorias de vida precária e vidas passíveis de luto de Butler, inserindo a questão da alocação diferencial da “condição de ser precário” como o ponto central do embate, para que se possa entender como a alguns corpos são reservados uma violência justificada (BUTLER, 2003).

Para Butler, a precariedade é condição prévia do sujeito por estar sempre interdependente e entregue a outros por meio de regulações de poder, como normas e instituições sociais e políticas. É nesse movimento de entrega de um corpo, da ameaça de outros corpos, que é instaurada a “condição de ser precário”. Aqui, as regulações de poder foram historicamente formadas “a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2015, p. 15). A apreensão da precariedade diferencial dos indivíduos levou a uma identificação de grupos de sujeitos mais vulneráveis fisicamente, os quais incitam um desejo a uma potencialização da violência e induz o emprego desta para fins de destruição de indivíduos historicamente mais precários.

De acordo com Butler, se algumas vidas, desde o seu início, não são compreendidas enquanto vida dentro dos enquadramentos normativos, “então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (BUTLER, 2015, p. 13). Apesar de os sujeitos serem apreendidos, nem todos conseguem ser reconhecidos pelos enquadramentos normativos. São esses mesmos enquadramentos que moldam os indivíduos e operam para o reconhecimento do sujeito. Dessa forma, aqui encontra-se o problema da apreensão. Apesar de não apreender somente aquilo que está conforme as normas da “condição de ser reconhecido”, “reconhece” aquele que não se encontra em conformidade com norma alguma – é parte do que é vivo, contudo, não é passível de ser reconhecido enquanto vida.

O que está em jogo não é questão da ampliação da capacidade de apreender os sujeitos para o reconhecimento, mas como esses mecanismos produzem formas diferenciais de apreensão de corpos. Portanto, “há “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2015, p. 17). É a partir da ameaça ao normativo que esses sujeitos incitam na norma o desejo pelo seu aniquilamento. Aqui se instaura a noção de “vida passível de luto” enquanto aquele ser que, pela possibilidade de sua perda, se faz necessário à sua preservação.

6. LUGARES DESTINADOS A TRANS E TRAVESTIS NO TELEJORNALISMO

Neste artigo, analisamos a veiculação da violência contra a comunidade LGBTQIA+ presente nas narrativas de conteúdos jornalísticos veiculados em telejornais da TV Liberal, emissora afiliada à Rede Globo, sediada em Belém, no Estado do Pará. Assim, avaliamos de que forma corpos travestis e transexuais são enquadrados no noticiário factual. Fazem parte da amostra inicial 32 conteúdos telejornalísticos, característicos de coberturas factuais, acessados pela plataforma de streaming Globo Play a partir da pesquisa das palavras-chave “travesti” e “transexual” e suas variações, como “transsexual”, “transsexuais”, “trans” e “travestis”. O levantamento compreende conteúdos publicados entre 2012 e 2019.

Nesta primeira etapa, identificamos que à letra T (travestis e transexuais) são reservadas duas principais categorizações, sendo a primeira ligada a “violências” contra sujeitos e a segunda a “serviços”, como emissão de documentos. A partir dessa primeira percepção, concentramos a análise em dez matérias sobre violência contra pessoas trans e travestis veiculadas nos telejornais Jornal Liberal 1ª Edição (JL1) e Jornal Liberal 2ª Edição (JL2) – respectivamente os noticiários do meio-dia e início da noite – entre 2016 e 2019, selecionadas por conta de um aumento da discussão sobre questões de gênero e pautas LGBT nas mídias sociais, como Youtube e Instagram.

A análise prévia nos permitiu observar que a palavra “travesti” está diretamente ligada ao ambiente noturno das ruas e da prostituição. Já a palavra “transexual” é tida como expressão imponente e está mais presente em matérias de serviço, como a de emissão de documentos, conquistas de direitos e conquistas pessoais de indivíduos pertencentes a essa comunidade.

Desta forma, seguimos a análise da estrutura discursiva presente nas matérias jornalística veiculadas para entender se esses conteúdos oferecem informações que enfatizem direitos ou contribuam para uma constante reprodução e reafirmação de estigmas sociais sobre identidades trans e travestis. A pesquisa fundamenta-se na análise dos elementos básicos que constituem um produto telejornalístico, por via imagética e textual (após decupagem do conteúdo audiovisual). No caso das imagens, são analisadas as questões de enquadramento do corpo travesti nas narrativas telejornalísticas. Já na questão textual, o objetivo é analisar a abordagem da vítima pelos repórteres e as formas de tratamento e de identificação das pessoas (como vítima ou algoz). Analisamos o discurso dos repórteres, apresentadores, a escolha do personagem, qual é o espaço dado ao personagem na matéria, quais assuntos são reservados a fala desse personagem e o espaço reservado à exposição do seu corpo.

É necessário considerar os olhares reservados a esses sujeitos: extrapolam as barreiras de concordância a um sistema heteronormativo que exige alinhamento entre sexo, gênero e sexualidade. Este é um caminho possível para as violências que atravessam corpos trans – sejam simbólicas ou físicas – estão relacionadas ao modo que essas identidades são apreendidas em sociedade e como o jornalismo pode operar.

Enfatizamos a análise conteúdos telejornalísticos que exploram a violência, demarcando duas tipificações: matérias em que mulheres trans e travestis são apresentadas como vítimas da violência e aquelas em que essas pessoas são apresentadas como algozes, tanto de forma real como para justificar a prática de um crime contra a própria vítima da violência. A partir das dez matérias analisadas, nos aprofundamos na descrição de três delas como forma de apresentar o cenário em que essas violências estão inseridas – elas representam as demais, que também possuem enquadramentos e perspectivas similares. As matérias citadas foram veiculadas no Jornal Liberal 1ª edição e Jornal Liberal 2ª edição, respectivamente.

A primeira matéria, intitulada “PMs que não impediram agressão a travesti são afastados”, foi veiculada no dia 21 de outubro de 2016, pelo JL1, um dia após o crime em questão. Tem duração de quatro minutos e aborda a omissão da polícia no caso de espancamento de uma travesti de 16 anos na avenida Doca de Souza Franco, no bairro do Reduto, zona nobre da cidade de Belém. O ataque ocorreu no canteiro central da avenida. Taxistas que trabalhavam em cooperativa da área foram acusados de agressão.

Na apresentação da matéria, a apresentadora do JL1 comenta que a agressão “assustou” os moradores da área. A matéria começa com a reprodução de vídeo amador registrado por um morador da área em que o rosto da adolescente é censurado. O vídeo mencionado dura 25 segundos e a violência sofrida pela travesti visualmente presente nas imagens é narrada pela repórter.

A violência é justificada por uma suposta tentativa de assalto aos taxistas feita pela travesti. A imagem da gravação amadora é repetida cinco vezes durante a matéria, sendo a segunda vez durante um texto de off sobre o número de taxistas participantes da agressão e a motivação deles; a terceira em off sobre o inquérito penal militar aberto para apurar a conduta dos PMs; a quarta na apresentação da Presidente do Conselho de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil no Pará (OAB-PA) e a quinta sendo exibida durante a fala da presidente sobre a violência registrada.

As imagens de violência contra a travesti são ainda reproduzidas em duas suítes do caso, notas cobertas veiculadas pelos telejornais em questão, estendendo a exposição dos ataques à adolescente, enfatizando o espancamento de seu corpo. Durante as repetições, os apresentadores ressaltam que as imagens podem ajudar na identificação dos agressores. O recurso de zoom é utilizado. A travesti é exposta com o corpo na sarjeta. Em uma das notas cobertas, o pronome de tratamento feminino não é respeitado.

A segunda matéria, intitulada “Polícia apura depoimentos para desvendar morte de travesti, em Castanhal”, aborda o assassinato de uma travesti na cidade da região nordeste do Pará e foi veiculada no dia 6 de junho de 2017 pelo JL2, com duração de 1 minuto e 56 segundos. Logo no início do comentário do apresentador, o pronome de tratamento feminino não é respeitado. A matéria inicia em um off com apoio de imagens que mostram um terreno baldio, local onde o crime teria ocorrido. O repórter afirma que o lugar é ponto de prostituição, sendo eufemizado na seguinte fala: “A noite a área é bastante frequentada por homossexuais”. Nessa situação, a travesti é tratada como homossexual. O segundo off começa com a apresentação de uma fotografia da vítima ainda em vida, identificada pelo seu nome de batismo e, logo após, pelo nome social: “Rui Cabral Espíndola, de 34 anos, conhecido como Natasha Taylor, levou três tiros na barriga e nas pernas”. No momento seguinte é exibido um vídeo que mostra a travesti em uma maca do serviço de emergência, sendo levada ao hospital. O repórter narra a imagem veiculada. A matéria oferece espaços para declaração do irmão da vítima. Ele afirma ela não tinha inimigos, mas que estava exposta a uma rotina de violência do mesmo tipo em que foi morta, pontuada como homofobia. Ainda é ouvido o delegado do município de Castanhal para apuração das possíveis causas do crime.

Em uma das suítes sobre o caso veiculadas pelos telejornais da emissora, o repórter trata inicialmente a travesti pelo pronome feminino, mas, em seguida, utiliza o pronome masculino. Imagens da vítima voltam a ser reproduzidas. Na segunda suíte, o repórter respeita a identidade, o pronome de tratamento feminino e a matéria não exibe imagens de violência.

Na terceira matéria, intitulada “Duas travestis foram mortas a tiros no bairro da Guanabara, em Ananindeua”, o JL1 reporta crime ocorrido na cidade que integra a Região Metropolitana de Belém. O conteúdo, veiculado no dia 19 de março de 2018, tem 53 segundos de duração. Neste caso, elementos ligados à morte das travestis marcam a violência sofrida pelas vítimas fazendo parte das imagens veiculadas junto ao off da repórter, como roupas, sapatos e o sangue que ficaram no local do crime, uma calçada de esquina de uma rodovia muito movimentada.

Desta vez, utiliza-se do pronome de tratamento feminino e preserva-se a identidade das vítimas. A violência sofrida é narrada pela repórter a partir de informações de fontes: “De acordo com testemunhas, os atiradores estavam no veículo preto. Eram dois suspeitos que pararam o carro, chegaram a conversar com as vítimas e depois dispararam os tiros de dentro do carro, em seguida fugiram”. Em outras quatro suítes que abordaram assassinatos de pessoas trans e travestis no Estado, imagens relacionadas aos crimes são reproduzidas e narradas pelos repórteres ou apresentador. Somente em uma delas o pronome de tratamento feminino não foi respeitado.

O percurso de análise nos mostra que os conteúdos telejornalísticos em questão apresentam enquadramentos sobre mulheres transexuais e travestis ancorados em visões hegemônicas. Esse modelo de posicionamento faz parte de modulações discursivas, de linhas editoriais, mas, também, emerge de práticas profissionais influenciadas pelo enraizamento do ocidentalismo, capitalismo, machismo e racismo que não são exclusivas de emissoras como a TV Liberal. A percepção da realidade apresentada pelos telejornais tem construções heterossexistas e precisa ser modificada. E o contexto da imprensa em uma metrópole como Belém é semelhante ao de outros grandes centros urbanos da Amazônia: exploração da violência como matéria-prima para a elaboração de produtos jornalísticos sensacionalistas, que naturalizam lugares de morte e a regulação de vidas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conteúdos telejornalísticos analisados geram dois movimentos de discussão sobre o lugar ocupado pelas travestis nas narrativas telejornalísticas. Apesar de a transfobia ser uma questão que necessita de debate em todas as esferas sociais, com destaque para o campo do jornalismo, a restrição informal e implícita de um único local de fala destinado especificamente às travestis é um ato violento à existência dessas sujeitas. Nas matérias veiculadas pelos telejornais, é reservado um espaço específico de ocupação das travestis nas narrativas: o da violência. Dentro dessa lógica, são ouvidas somente pela violência que perpassam suas existências, sendo notadas somente nas descrições de morte ou espancamentos e vistas a partir de seus corpos estirados na sarjeta, fazendo parte da estatística de abusos contra essa comunidade.

A identificação do lugar ocupado pelas travestis nos telejornais nos permite responder ao objetivo geral deste trabalho, sobre como a violência opera em corpos LGBTQIA+ nesses conteúdos jornalísticos. Compreendemos que, neste contexto, os processos característicos da construção de narrativas no campo não proporcionam que as reivindicações dessas sujeitas sejam vistas como válidas e acabam por reforçar estigmas sociais sobre identidades trans e travestis como subalternas. A violência física pela qual os corpos delas passaram é reproduzida simbolicamente na televisão - e essa nova versão midiaticizada abriga fortes marcas de alocação diferencial, de enquadramentos, escolhas de imagens e de estruturas discursivas organizadas sobre corpos apresentados como violentáveis.

O desrespeito ao pronome feminino e à identidade das travestis reafirma o pertencimento dessas sujeitas a um “não-lugar”. Nesse instante, ocorre a afirmação da uma descontinuidade dentro da lógica heteronormativa. A não conformidade a esse estatuto as violenta de forma simbólica e física pelos dispositivos de poder que regem as leis do padrão. Elementos reiterados nas matérias assinalam os corpos desses sujeitos como não inteligíveis: fora desse padrão de gênero, acabam reservados um tipo de violência específico, que tem o foco não nas sujeitas, mas na existência de um resto de vida que sobrevive fora dos enquadramentos. Trans e travestis são violentadas e mortas por não estarem inseridas em uma violenta moldura de imposição de uma continuidade e relação direta entre sexo, gênero e sexualidade (BUTLER, 2009; PRECIADO, 2017).

Outra forma de violência exibida pelas matérias é a narração da violência sofrida tanto na presença de imagens quanto na ausência delas. Observamos um padrão: quando não há vídeos para mostrar os crimes, apresentadores e repórteres reconstroem verbalmente o cenário do ato violento. Os elementos contidos nas narrativas incentivam a naturalização e a perpetuação de um estereótipo da identidade travesti ligada a uma figura violenta e criminosa e, portanto, estabelece uma marginalização dessas pessoas.

Apesar de um vislumbre de outras narrativas em que trans e travestis estejam inseridas, que não sejam o da violência, ainda há uma prevalência por uma preservação de lugares extremamente específicos a esses corpos. No entanto, é importante reconhecer que existe uma mudança na forma de abordagem com reduzida abertura para outros assuntos, como retificação de nomes, mas ainda sim insuficientes para estabelecer um novo olhar sobre pessoas trans e travestis que não sejam enquanto o da marginalidade social.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: **Expressão Popular**, ANTRA, IBTE, 2021. 136 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, 2011.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

EM 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos. Agência IBGE **Notícias, Brasília**, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://curtlink.com/bpNaOd>. Acesso em: 3 maio 2023.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; MOTT, Luiz; OLIVEIRA, José Marcelo Domingos et al. Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil – 2020: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Florianópolis: Editora **Acontece Arte e Política LGBTI+**, 2021. 79 p.

FERREIRA JUNIOR, Sergio; MENEZES, Alana. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática, João Pessoa**, v. 10, n.11, p. 55-70, nov. 2014. Disponível em: <https://curtlink.com/CmZ5gw>. Acesso em: 3 maio 2023.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Encontro Anual da Compós, 28, 2019, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: COMPÓS/PUCRS, 2019.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: **Relatório do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual: **Práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 21-33.

TAVARES, Frederico. A cotidianidade do morrer na vida noticiosa: ambiguidades de um acontecimento jornalístico diário. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa; HENN, Ronaldo (org.). **Jornalismo e acontecimento: diante da morte**. Florianópolis: Insular, 2012.

Artigo recebido em: 20 jan. 2023. | Artigo aprovado em: 30 mar. 2023.